

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ARTUR VIEIRA DA SILVA**

**UNIÃO CAXIENSE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS NA LUTA POR  
DIREITOS (1952-1985)**

**CAXIAS DO SUL**

**2020**

**ARTUR VIEIRA DA SILVA**

**UNIÃO CAXIENSE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS NA LUTA POR  
DIREITOS (1952-1985)**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento de Humanidades.

Orientador Prof. Dr. Ramon Victor Tisott

**CAXIAS DO SUL**

**2020**

**ARTUR VIEIRA DA SILVA**

**UNIÃO CAXIENSE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS NA LUTA POR  
DIREITOS (1952-1985)**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento de Humanidades.

**Aprovada em 00/00/2020**

Banca Examinadora

---

Orientador Professor Dr. Ramon Victor Tisott  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Professora Dra. Eliana Gasparini Xerri  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Professora Dra. Katani Maria Monteiro Ruffato  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grato ao meu pai Paulo César Ribeiro da Silva e à minha mãe Rosana Cardoso Vieira, que garantiram o suporte para minha formação acadêmica e são meu espelho para minha formação enquanto indivíduo.

Ao professor Ramon, agradeço pelo incentivo e fundamental acompanhamento nesta pesquisa. À todo o excelente corpo docente do Curso de História da UCS, muito obrigado por todo o conhecimento compartilhado e por me permitirem acreditar no ensino de História como perspectiva de transformação social. Vocês são parte deste trabalho.

Agradeço também por todos os amigos e amigas que me acompanharam nessa trajetória, sobretudo às amigadas que adquiri durante a graduação, cujas memórias que dividimos levarei para o resto da vida.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar o processo histórico de formação da União Caxiense de Estudantes Secundaristas, da sua fundação, em 1952, até a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República, em 1985, após a ditadura militar, tendo como objetivo compreender a inserção dos estudantes secundaristas de Caxias do Sul na luta por direitos e nas disputas políticas do país, por meio desta entidade. Para isso, utilizou-se matérias do jornal Pioneiro como fonte de pesquisa e compreendeu-se, na base teórica, conceitos que interpretam o movimento estudantil dentro da esfera dos movimentos sociais. Ao longo do estudo, é possível observar diferentes gerações de jovens estudantes que encontram na UCES um objeto de luta por direitos, tendo a história política do país como fio condutor de seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** UCES. Movimento estudantil. Movimentos sociais. Caxias do Sul.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>Revisão Bibliográfica</b>	<b>7</b>
<b>Referencial teórico</b>	<b>8</b>
<b>Metodologia</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I - O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO II - A INSERÇÃO NO CENÁRIO POLÍTICO EM MEIO À DINÂMICA DA DÉCADA DE 1960</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO III - NOVA GERAÇÃO E NOVOS VALORES NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>

## LISTA DE SIGLAS

- ADUCS - Associação dos Docentes da Universidade de Caxias do Sul
- AEC - Associação de Educação Católica
- CPC - Centro Popular de Cultura
- CPERS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
- DCE - Diretório Central dos Estudantes
- DDI - Departamento de Divulgação e Imprensa
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FUEC - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
- INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- JEC - Juventude Estudantil Católica
- JT - Juventude Trabalhista
- JUC - Juventude Universitária Católica
- MEC - Ministério da Educação e Cultura (nomenclatura usada no período pesquisado, de 1953 a 1985)
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PDC - Partido Democrata Cristão
- PDS - Partido Democrático Social
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PEC - Proposta de Emenda Constitucional
- PEI - Política Externa Independente
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNA - Plano Nacional de Alfabetização
- PNE - Plano Nacional de Educação
- PRP - Partido de Representação Popular
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- SUPRA - Superintendência de Política Agrária
- UAB - União das Associações de Bairro
- UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCES - União Caxiense dos Estudantes Secundaristas

UDN - União Democrática Nacional

UEE - União Estadual dos Estudantes

UEP - União dos Estudantes Patenses

UESNE - União dos Estudantes Secundaristas do Nordeste do Estado

UGES - União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas

UMCA - União de Mulheres de Caxias do Sul

UNE - União Nacional dos Estudantes

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata acerca do processo de formação da União Caxiense de Estudantes Secundaristas (UCES) e a atuação política exercida pela entidade entre as décadas de 1950 a 1980, sob a ótica dos movimentos sociais, a fim de compreender a influência do cenário político nacional deste período nas organizações civis, bem como o reflexo das mobilizações da categoria estudantil na geração de jovens secundaristas que as protagonizaram.

O estudo referente aos movimentos sociais se faz necessário, especialmente, em períodos de instabilidade política no Brasil, assim como este que nos acerca. Todavia, há de se estabelecer uma concepção quanto à ideia de movimento social, compreendendo a categoria de movimento estudantil, conceitos que serão explorados no percurso da pesquisa.

### **Revisão Bibliográfica**

Na construção desta monografia utilizou-se bibliografias que tratam do período histórico correspondente à pesquisa (1952-1985), compreendendo em seu contexto o papel dos movimentos sociais. Além disso, servem como base publicações referentes ao movimento secundarista no Brasil, sobretudo em relação à história de outras organizações e entidades estudantis. À vista disso, tal literatura pode ser considerada de certa forma reduzida, ao levarmos em consideração a carência por obras dessa natureza, principalmente sobre o cenário local.

Entre as obras selecionadas para a construção do cenário histórico, destacam-se a tese de Cassio Silva Moreira (2011) sobre o governo de João Goulart e as Reformas de Base; a dissertação de Maria Ribeiro do Valle (1997), que trata a repressão da ditadura militar sobre o movimento estudantil; e a tese de Vanderlei Elias Nery como base para o entendimento de transição da ditadura militar à democracia burguesa no Brasil.

Quanto à análise comparativa com outras entidades estudantis, inicialmente encontrou-se o artigo de Geenes Alves da Silva (2010) sobre a União dos Estudantes Patenses (UEP), em Patos de Minas - MG. O trabalho em questão pode ser considerado base

importante por se aproximar da tipologia do objeto de pesquisa e período do presente estudo. Assim como a UCES, a União dos Estudantes Patenses configura-se, da mesma forma, uma entidade geral representativa de estudantes do município (nesse caso, engloba-se ainda os estudantes universitários), e o período de investigação determinado pela autora aproxima-se do período analisado nesta pesquisa. Mesmo apresentando a UEP com características muito particulares, é interessante analisar aquilo que se busca apresentar aqui, como a influência do estatuto nas ações da entidade e sua posição perante o regime militar, algo pouco acessível para ser explorado sobre a UCES, tratando a imprensa como fonte de pesquisa.

A UEP incorporou verdadeiramente os princípios trazidos pelo seu Estatuto de criação, notadamente influenciado por ideais cristãos. Isto fez dela uma entidade bastante conservadora e tradicionalista, o que na prática implicou uma guerra declarada contra o comunismo [...]. A implantação do Regime Militar no Brasil, em 1964, a princípio, não interferiu substancialmente nas ações nem na filosofia de trabalho da UEP. Ela apoiou o Regime, assim como fez também grande parte da sociedade brasileira, temerosa do “fantasma do comunismo” (SILVA, 2010, p. 102-103).

Também, aproveitou-se as contribuições de Schmitt (2011), que se encaixam com os objetivos desta seleção bibliográfica, tanto ao descrever a situação do movimento estudantil durante a ditadura, quanto ao apresentar no ponto central da obra, a atuação de outra entidade secundarista. A dissertação se atém, justamente, a discorrer sobre os estudantes secundaristas do Paraná delimitando todo intervalo da ditadura, isso se comprova logo ao observar os objetivos da autora:

Consideramos o tema relevante na medida em que o estudo da organização dos estudantes reflete as políticas educacionais implementadas no período, permitindo, ao mesmo tempo, o resgate da história desse segmento, bem como a identificação das medidas do governo militar para a educação (SCHMITT, 2011, p. 19).

## **Referencial teórico**

Para a construção da base teórica deste estudo, buscou-se como referência obras que ocupam-se a explorar a noção de movimento social, colocando em pauta a posição da juventude e o movimento estudantil — sobretudo secundarista — neste campo.

Os significados atribuídos ao conceito de movimento social, além de numerosos, também são consideravelmente distintos. Essas diferenças de visão podem ser compreendidas,

à medida que as mudanças analíticas ocorrem em consonância com as transformações sociais cada vez mais dinâmicas.

Durante o século XIX até o início do século XX, por exemplo, observa-se o entendimento sobre movimentos sociais limitado à organização de trabalhadores em sindicatos (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Já durante a década de 1970 — sob influência das mobilizações populares ao redor do mundo — há o surgimento de novas teorias entre os sociólogos, que ampliam o conceito, sobrepondo a atuação do sujeito em relação às classes sociais, tal como Laclau (1986), afirmando o surgimento de “novos movimentos sociais” que desenvolvem espaços sui generis de luta não mais orientados, segundo o autor, por três determinantes: estrutura social, um “paradigma evolucionário” determinante e a redução de espaços dos conflitos, reduzidas e unificadas sob a institucionalidade. A interpretação do autor indica o rompimento dos “novos movimentos” nos três aspectos, bem como descrito por Karine Pereira Goss e Kelly Prudencio (2004):

Em relação ao primeiro, a posição que o sujeito assume nas relações de produção não determina necessariamente suas demais posições. No que se refere ao segundo aspecto, não é mais possível determinar a realidade por meio de estágios que apareceriam em sucessivas fases do desenvolvimento na sociedade. Finalmente, o político é uma dimensão presente em toda prática social e não um espaço específico (p. 78).

No meio das diferentes abordagens sobre o tema e dentro da necessidade de compreender o movimento estudantil dentro do estudo dos movimentos sociais, utilizou-se como conceito a definição a partir da obra de Maria da Glória Gohn (2008), que os define como “ações coletivas que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (p. 335). Desta forma, pode-se interpretar o movimento estudantil secundarista como elemento inserido no campo dos movimentos sociais.

Gohn (2011) também relaciona os movimentos pela educação, descrevendo suas lutas como não apenas relacionadas às pautas escolares, mas como movimentos que

abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes (p. 9).

Entretanto, há uma notável resistência por parte de diversos teóricos em considerar o movimento estudantil como um movimento social, como observado por Breno Bringel (2012), uma vez que o emprego do termo “movimento estudantil” tem sido utilizado historicamente para definição sobre ações coletivas de qualquer espécie promovidas por um grupo de estudantes, que muitas vezes podem ser atos isolados de um movimento maior (p. 29). Por outro lado, Bringel defende como base obras de Charles Tilly e Sidney Tarrow para a análise sobre o movimento estudantil brasileiro, onde se promove uma divisão cíclica dos movimentos que “possibilitam uma abordagem histórica contínua das lutas dos estudantes, evitando as mistificações de determinados períodos históricos, e que contribuem para identificar os períodos de mobilização e desmobilização” (p. 36).

A divisão cíclica apresentada por Bringel acerca do movimento estudantil no Brasil se define por três recortes. Inicialmente, aponta a conjuntura polarizada da década de 1960 entre o governo militar e a oposição estudantil, somada à aliança com outros movimentos, que culminou em um período de repressão e exílio. Em seguida, um processo de distensão a partir de 1974 oportunizou a formação de um novo ciclo determinado por ações coletivas alicerçado nas lutas democráticas. Por fim, o movimento passou a ser remodelado de acordo com o cenário de lenta abertura democrática na década de 1980, quando os estudantes passaram a tomar uma forma mais institucionalizada, além de protagonizar mobilizações como o “Movimento pela Anistia” e as “Diretas Já” (BRINGEL, 2012, p. 37-38).

Ainda sobre conceitos, para que se possa interpretar o sentido da organização secundarista é necessário, também, aprofundarmo-nos em uma fundamentação teórica a respeito da ideia de “direitos”.

A noção de direito não deve ser associada meramente a necessidades ou interesses. Essas condições são caracterizadas por Marilena Chaui (2008) como questões particulares e específicas, enquanto que o direito é fundamentado de maneira oposta.

Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida (p. 404).

Marilena Chaui estabelece sua reflexão em torno do funcionamento da democracia moderna, e as influências nela presente ligadas à democracia ateniense, que possuía o conceito de direito como peça fundamental para sua existência. O sistema político em Atenas

fundou-se a partir “de três direitos fundamentais que definiam o cidadão: igualdade, liberdade e participação no poder” (p. 405). Todos esses elementos (alguns em maior ou menor escala que os outros) influenciaram os ideais das revoluções inglesa e francesa no século XVIII, que constituíram a república liberal.

A república liberal, de fato, avançou na garantia de direitos. Isso não significa que o processo de modernização da democracia tenha sido de ampliação em todos os seus sentidos, como ao transferir a forma de participação direta dos cidadãos nos espaços de decisão, para um modelo representativo e que restringe os direitos políticos a uma parcela reduzida da população. Entretanto, mesmo afastados dos espaços de decisão, foi a partir da pressão popular que novos direitos foram conquistados. Chauí sublinha que

as lutas socialistas e populares forçaram a ampliação dos direitos políticos com a criação do sufrágio universal (todos são cidadãos eleitores: homens, mulheres, jovens, negros, analfabetos, trabalhadores, índios) e a garantia de elegibilidade de qualquer um que, não estando sob suspeita de crime, se apresente a um cargo eletivo (p. 405).

Destaca-se, assim, o campo do direito como um espaço dinâmico, construído por meio da disputa entre classes sociais. Tendo a criação de direitos como reflexo das mobilizações populares, podemos observar também, uma relação frontal entre direito e movimento social.

## **Metodologia**

O desenvolvimento desta pesquisa está direcionado ao campo da História Social, no que diz respeito à organização política do movimento estudantil secundarista em Caxias do Sul em torno da UCES desde a sua fundação em 1952, até o início da década de 1980, em uma perspectiva analítica da história da sociedade.

Como fonte primária, foi aproveitado o conjunto de jornais do Pioneiro, disponibilizado pelo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Tal acervo compreende aproximadamente a totalidade dos periódicos publicados pelo jornal no período correspondente à pesquisa.

O Pioneiro se trata de uma das mais tradicionais e acessíveis fontes de informação acerca da cidade de Caxias do Sul. Fundado em 1948, o periódico possuía inicialmente, um engajamento ideológico e partidário, vinculando-se ao PRP (Partido de Representação

Popular), partido ligado à Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado sob nítidas influências fascistas.

O Pioneiro, na verdade, foi um jornal organizado com objetivos políticos dentro de uma organização partidária do Partido de Representação Popular, mas por conveniência comercial e até por conveniência jornalística e para evitar que ele fosse apenas um jornal representativo de uma determinada facção política, procurou-se dar a ele uma feição de independência. Embora todos os seus integrantes, os sócios que participavam da iniciativa, os que emprestavam dinheiro, a participação material, para a instalação do jornal fossem todos ligados ao Partido de Representação Popular. (GARDELIN, 1988 apud GIRON; POZENATO, 2004, p. 144)<sup>1</sup>

Com o passar dos anos, o ganho de proporção do Pioneiro dentro da imprensa caxiense, foi sobrepondo a relação partidária do jornal, desvinculando-se, de fato, em 1981, no momento em que o periódico — até então de circulação semanal — se torna diário. (GIRON; POZENATO, 2004)

Além de tornar-se um dos principais veículos de comunicação na cidade, o jornal estabelece uma relação próxima à UCES, desde a fundação da entidade, como pode-se perceber ao longo do estudo. Sendo assim, seu noticiário serve como fio condutor para a compreensão do processo histórico da entidade secundarista.

Depara-se com diferentes matérias sobre a UCES inseridas na coluna social — especialmente nos primeiros anos — em função dos bailes e demais atividades promovidas para a integração entre estudantes da cidade, como gincanas e competições esportivas. Embora a descrição destes eventos retrate o perfil dos jovens envolvidos e permita uma interpretação da entidade também como um espaço de integração com a alta sociedade, ao levarmos em conta os locais elitizados onde ocorriam esses encontros. No entanto, há de se realizar uma filtragem entre as publicações encontradas, a fim de focar no objetivo central desta pesquisa que se refere à organização política da entidade frente à conjuntura nacional e regional.

Ao fim da abordagem, procurou-se refletir sobre a relação entre estudantes e a entidade frente à organização social instituída no período, isto é, questionar a quem estaria o papel de agente da vanguarda nas mobilizações secundaristas. Os estudantes conscientes enquanto classe utilizam a UCES como uma ferramenta na luta por direitos? E/ou seria a

---

<sup>1</sup> GARDELIN, Mário. In: HENRICHES, Liliana Alberti (org.) Histórias da Imprensa em Caxias do Sul. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988. p. 54-55.

UCES o mecanismo de referência que conduz a opinião e a formação do movimento secundarista em Caxias do Sul?

Para isso, divide-se o trabalho em três momentos: inicialmente apresentando a UCES, de sua fundação ao processo de desenvolvimento enquanto entidade representativa da categoria estudantil e reconhecida na comunidade, além do estudo sobre as primeiras ocorrências da organização estudantil encontrados no jornal Pioneiro, analisando sob o ponto de vista histórico a situação em que o movimento estudantil brasileiro estava inserido; em seguida, explora-se o movimento de politização das atividades, em meio ao cenário político intenso da década de 1960, destacando reflexos como a Campanha da Legalidade e o Ato Institucional nº 5 do governo militar; e, por fim, busca-se refletir sobre o momento de redemocratização do país, na virada para os anos 1980 e a formação de uma geração de jovens estudantes providos de novos valores e articulando-os em torno da UCES.

## CAPÍTULO I - O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS

Neste primeiro momento, busca-se averiguar a situação política e do movimento estudantil no país em meio ao processo de fundação da União Caxiense de Estudantes Secundaristas, bem como os interesses dos primeiros integrantes com a formação da entidade.

A UCES foi fundada em maio de 1952, em um período quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) — entidades estudantis de nível nacional — davam seus primeiros passos, sendo criadas em 1937 e 1949, respectivamente. Contudo, a atuação dessas entidades obteve destaque enquanto movimentos sociais anos mais tarde sob força da conjuntura política do país.

Este processo — de amadurecimento até desenvolver como uma entidade atuante no embate político — se confunde com a história da UCES, porém, em épocas diferentes. As primeiras grandes ações políticas da UNE se iniciaram com a campanha em defesa do monopólio estatal na exploração do petróleo, entre o final da década de 1940 e 1950, que coincide com a formação da UBES. Enquanto que a entidade caxiense foi fundada no início da década de 1950 e adentrou às mobilizações populares quase dez anos depois, influenciada pelo embate político em nível nacional ocorrido no início da década de 1960.

Embora o enfoque desta pesquisa esteja na análise dos elementos que envolvem a atuação política dos estudantes em torno da UCES, é necessário abordar o contexto de sua formação.

A década de 1950 é marcada por um sentimento de consolidação da democracia brasileira, com a regularidade das eleições, constância do voto direto e a inclusão das mulheres ao universo de eleitores garantida havia pouco. Já sob o ponto de vista ideológico, determinou o fortalecimento do nacional-desenvolvimentismo, com o retorno de Getúlio Vargas à presidência. Nessas circunstâncias, testemunhou-se a campanha *O Petróleo é Nosso*<sup>2</sup>, com marcante envolvimento do movimento estudantil, em particular nas grandes cidades.

Sobre a organização estudantil e sua relação com a situação da época, Roberto Amaral (2005), destaca que

---

<sup>2</sup> A mobilização alavancada por Vargas colocou oposição aos defensores da exploração do petróleo brasileiro pelo capital privado (nacional e estrangeiro), chamados pejorativamente de “entreguistas” pelos nacionalistas alinhados à política varguista. Esta queda de braço resultou na monopolização da exploração do petróleo pelo Estado, com a criação da Petrobrás em 1953.

os anos 1950 são os anos da explosão nacionalista, e o governo Vargas promove a diáde nacionalismo versus entreguismo, que percorrerá todo o final da década e terá nos estudantes – ao lado de setores populares e mesmo militares – seus grandes pregoeiros e na União Nacional dos Estudantes, já uma entidade de massas que caminha do centro para a esquerda, seu grande baluarte. (p. 200)

A proximidade da categoria com Getúlio Vargas remete aos primórdios da UNE, algo que ficou explícito ainda em 1942, quando os estudantes ocuparam o prédio<sup>3</sup> situado na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, e ali estabeleceram a sede da UNE após a cedência do edifício por Vargas. Se inicialmente esta relação fosse suscetível a críticas dentro do movimento estudantil, por conta do caráter autoritário estabelecido pelo Estado Novo, no seu retorno ao poder o presidente havia sido eleito por voto direto, transformando-se em uma liderança democrática e constitucional, o que o aproximou ainda mais do movimento estudantil.

O propósito central da UCES, como já mencionado anteriormente, estava direcionado ao esporte e lazer, como bem se observa na primeira matéria encontrada sobre a entidade no jornal *O Pioneiro*, em 1953, onde se expõe os assuntos abordados na reunião da diretoria: agradecimento a Demétrio Niederauer pela cedência da biblioteca para realização das reuniões; campanha de arrecadação de livros para estudantes necessitados; e a realização da Olimpíada Estudantil<sup>4</sup>. Ainda assim, em 1955 o jornal concede espaço reservado para divulgação dos secundaristas, coluna que intitulou-se *A Voz da UCES*<sup>5</sup>, onde também se passou a emitir artigos de opinião por membros da UCES, podendo-se apontar determinados valores presentes nos estudantes que os escreveram.

Em um desses textos, o estudante Mansueto Serafini Filho expõe a necessidade de união entre a classe após uma eleição repleta de ataques entre as duas chapas concorrentes. Ao iniciar a nova gestão, clama pela unidade argumentando que “a UCES é uma só. Vencidos e vencedores são todos membros de uma única entidade. Temos tantos problemas pela frente e para resolvê-los é necessário a união e o esforço coletivo”<sup>6</sup>. Sobre o processo eleitoral ao

---

<sup>3</sup> O edifício era sede do Clube Germânia e tradicionalmente estava sendo ocupado por simpatizantes do nazifascismo. Em plena 2ª Guerra Mundial, a ocupação do prédio foi especialmente simbólica durante a campanha contra as forças do Eixo no Brasil.

<sup>4</sup> *Pioneiro*, 20 de junho de 1953, p. 8

<sup>5</sup> Na primeira edição da coluna, a UCES informou que a responsabilidade pela seção será do estudante Antônio Bath de Queiroz e agradece o *Pioneiro* pela cedência da meia página “permanente e gratuita”. (*Pioneiro*, 26 de novembro de 1955, p. 11)

<sup>6</sup> *Pioneiro*, 10 de dezembro de 1955, p. 5.

qual Mansueto se dirige, também encontra-se uma carta de retirada de candidatura manifestada no Pioneiro. O documento foi assinado por Edy de Bittencourt Lopes, mas escrito no sentido coletivo. Na carta, os estudantes ali representados apresentam-se como ex-presidentes da UCES e argumentaram a retirada de candidatura após o enfrentamento com outros grupos secundaristas. Sobre a saída do pleito destacam que

Não atendemos a pedidos nem imposições nem de Lacerdas, nem de Gregórios nem de outra corrente qualquer. Não viríamos a público, não fôssemos forçados pelas circunstâncias, pois após a nossa retirada da UCES, aqueles elementos indignos, que não honram nem sequer o nome que trazem, continuaram a atacar, agora não somente o nosso nome, mas o de nossa família; e é isto que nos traz aqui. (Pioneiro, 19 de novembro de 1955, p.11)

É relevante a forma como o texto se refere às correntes presentes nessa disputa, chamando-as de “Lacerdas” e “Gregórios”. Esta referência está diretamente ligada ao evento que ficou conhecido como Atentado da Rua Tonelero, onde o jornalista Carlos Lacerda, considerado o grande nome da oposição à Getúlio Vargas, sofreu uma tentativa de assassinato. O acusado de ser o mandante do crime foi Gregório Fortunato, guarda pessoal do presidente. Tal fato foi responsável por estabelecer uma grande crise política no governo, que culminou no suicídio de Vargas dias depois.

Portanto, ao expor um cenário de polarização entre “Lacerdas e Gregórios” dentro das disputas da UCES, se revela o reflexo das disputas políticas acirradas no país após a morte de Getúlio Vargas, vivas no movimento estudantil.

Já ao final da década, surge a iniciativa de uma série de textos com o título *O que é a UCES*, escritos por Victor Faccioni então presidente da UCES, a fim de apresentar a entidade como referência dos estudantes, além de responder a perguntas frequentes. Sendo assim, os dirigentes responsáveis expressam sua visão sobre o papel da União nesse período. O primeiro texto define a função da UCES basicamente como interlocutora entre estudantes e poder público:

Sim, a UCES é entidade que coordena os interesses dos estudantes secundários, estuda-os minuciosamente, debate em seus conclaves estudantis [...] e após esta manipulação, leva-os aos poderes públicos competentes, a fim de que estes estudem por sua vez uma solução e um atendimento às reivindicações estudantis. (Pioneiro, 16 de maio de 1959, p. 5)

Ainda nessa edição, se responde com ironia aos questionamentos sobre o porquê da existência de uma entidade representativa:

[...] E já concluem pessoas de espírito maldoso: isto de União dos Estudantes é bobagem, isto para mim é cousa de rapazes que não têm o que fazer, estão se valendo do nome dos estudantes, para benefícios pessoais. São comunistas, dizem outros mais “valentes”. Sim porque qualquer pessoa que se agrupa em organização de classe é comunista. (Pioneiro, 16 de maio de 1959, p. 5)

Nessa fase também se montam as primeiras evidências de contato direto com figuras políticas locais, durante as eleições municipais de 1959, quando a entidade sabatinou os candidatos à Prefeitura, da chapa entre Partido Trabalhista Brasileiro e Partido (PTB) e Partido de Representação Popular (PRP)<sup>7</sup>.

A década encerra-se com um notável crescimento de influência da UCES na cidade. Após parceria com a Diretoria de Armazéns do município, os estudantes conseguiram a criação da Livraria Popular, que oferecia, além de livros, materiais didáticos por preços mais acessíveis. A inauguração da livraria contou, segundo O Pioneiro<sup>8</sup>, com a presença de altas autoridades municipais e ao entrar em funcionamento chegou a atender mais de 300 estudantes por dia<sup>9</sup>. Nesse momento a UCES começou a estabelecer maior engajamento com o poder público, aparecendo em pauta nas discussões da Câmara Municipal, como no pedido do vereador Dr. Percy Vargas de Abreu Lima ao prefeito de doação de terreno para construção de uma sede própria para a UCES e a declaração da entidade como utilidade pública, por meio do Decreto nº 753 de 1960.

Ainda assim, a União engatinhava como referência nos posicionamentos e mobilizações frente à conjuntura política local e nacional. Algo que veio a acontecer em seguida, impulsionado pelo fervor dos fatos ocorridos no início da década de 1960, o que será tratado no capítulo a seguir.

---

<sup>7</sup> A chapa terminou a eleição vitoriosa, elegendo como prefeito Armando Biazus do PTB, partido fundado por Getúlio Vargas. A vice-prefeitura ficou com Isidoro Domingos Moretto do PRP, partido que incorporava ex-integrantes da Ação Integralista Brasileira, movimento ultranacionalista com forte influência do fascismo italiano. A aliança PTB-PRP (que já havia se repetido outras vezes) derrotou o candidato e ex-prefeito Hermes João Webber, do Partido Social Democrático (PSD) (TRE-RS / Eleições Municipais de 1959. TRE-RS. Disponível em: <[www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-caxias-do-sul](http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-caxias-do-sul)> Acesso em: 15 de julho de 2020).

<sup>8</sup> Pioneiro, 29 de fevereiro de 1960, p. 1.

<sup>9</sup> Pioneiro, 5 de março de 1960, p. 1.

# Declarada de Utilidade Pública a U.C.E.S.

Por decreto do sr. Armando Biasuz que levou o n.º 753, foi decretada de Utilidade Pública a União Caxiense dos Estudantes Secundários. Com esta medida, será possível àquela entidade de classe, pleitear e receber subvenções e auxílios governamentais.

Fonte: Pioneiro, 16 de março de 1960, p. 1.

## **CAPÍTULO II - A INSERÇÃO NO CENÁRIO POLÍTICO EM MEIO À DINÂMICA DA DÉCADA DE 1960**

A década de 1960, iniciou no Brasil em meio a uma efervescência no cenário político nacional, influenciada pelo contexto da Guerra Fria e acirrada a partir da chegada de João Goulart na presidência da República. A disputa política iniciada anos antes protagoniza-se entre duas diretrizes principais: o nacional-desenvolvimentismo representado, sobretudo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legado por Vargas e defendido por Jango; e um projeto de oposição, que passou a considerar a aliança ao capital estrangeiro como o caminho para o desenvolvimento. Este conflito passou a tomar dimensões maiores e mais tensas durante os anos 60. A ebulição levou as massas e movimentos civis organizados a tornarem-se atores dos acontecimentos históricos daquele período. Neste capítulo, busca-se analisar a inserção e posição da UCES em meio a esses movimentos, tal como o impacto na divulgação pública da entidade por meio do jornal O Pioneiro após o início da ditadura civil-militar.

Com base na Constituição de 1946 — em vigor nas eleições de 1960 — as votações para presidente e vice eram distintas. Desta maneira, Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos para ocupar a presidência e vice-presidência, respectivamente, mesmo estando em chapas diferentes, o que contribuía para o tensionamento sobre o governo. Sobre o Jânio Quadros, Cássio Silva Moreira (2011) destaca que

embora representando o pequeno Partido Democrático Cristão (PDC), contava com o apoio da União Democrática Nacional (UDN) e sua campanha baseou-se na moralidade e no combate à corrupção. Eleito, renunciou depois de sete meses. Internamente foi marcado por uma política econômica conservadora; entretanto, no âmbito da política externa, Jânio surpreendeu indo em direção à política externa independente (PEI). A PEI representou, dentre outras consequência a ampliação das relações comerciais com os países do bloco socialista (p. 32-33).

João Goulart tornou-se um dos mais ricos pecuaristas do país, administrando as fazendas de sua família em São Borja. Próximo a mesma região situavam-se as terras de Getúlio Vargas, que recolheu-se a elas após deixar o governo em 1945. Pela proximidade, Jango acabou estabelecendo uma relação de afinidade com Vargas que o instigou a interessar-se por política e o influenciou em seu posicionamento.

Jango era considerado o porta-voz de Vargas e, integrando o diretório municipal, ajudou na expansão do PTB no Rio Grande do Sul e no Brasil. Logo ele tornou-se o homem de confiança de Getúlio e, mais tarde, o seu herdeiro político (MOREIRA, 2011, p. 82).

Ao concorrer à vice-presidência em 1960, Jango já era o atual ocupante desta cadeira no governo Juscelino Kubitschek, além de ter sido deputado estadual e deputado federal pelo PTB e ministro do Trabalho no governo Vargas.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, coube a João Goulart assumir o poder. Entretanto, em missão oficial na China, Jango sofreu uma tentativa de golpe por parte dos ministros militares e das forças de apoio a Jânio Quadros, que o acusavam (por estar em um país socialista) de tramar uma conspiração contra o governo, ao mesmo tempo que temiam o retorno de um programa trabalhista dirigido pela figura que representava a sucessão de Getúlio Vargas.

Em meio a tal conjuntura, iniciou-se a *Campanha da Legalidade*, sob a liderança de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que visava garantir a posse de João Goulart, apoiado pelo comandante do III Exército, José Machado Lopes. Jango e Brizola possuíam uma relação estreita, uma vez que, além de constituírem os principais quadros políticos do PTB, eram também cunhados. Além da confiança pessoal em Brizola, Jango contava com a forte influência de seu companheiro à frente do governo estadual que, por consequência, tornou Porto Alegre a capital da resistência e o palco das mobilizações pela campanha.

Na ocasião, os estudantes tiveram papel essencial, dado um período em que o movimento estudantil encontrava-se num importante processo de consolidação, tendo a UNE e a UBES já dirigido notáveis campanhas durante a década de 1950 (tal como “O Petróleo é Nosso”), alicerçando-se como entidades representativas dos estudantes. À vista disso, Héliog Trindade (2011) destaca que

a UNE incorporou-se à Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, transferindo provisoriamente sua sede para Porto Alegre, com toda a sua diretoria, sob a presidência de Aldo Arantes, e representou uma das primeiras experiências políticas concretas da nova geração de líderes estudantis (p. 144).

Não distante de Porto Alegre, os estudantes caxienses organizados em torno da UCES e a população do município em geral sentiam os efeitos dos atos ocorridos na capital. Em 2 de setembro de 1961, o Jornal O Pioneiro destaca a mobilização na cidade em manchete:

“Caxias do Sul com a Legalidade”. Na matéria, é possível observar o relato das ações promovidas na cidade durante aquela semana:

Quarta feira à noite, na Câmara de Vereadores, houve uma reunião de vereadores e suplentes, com a presença do Prefeito Armando Biazus e de representantes da imprensa e rádio locais, ocasião em que foram adotadas as medidas para entrar imediatamente em ação o Comitê Central da Resistência Democrática, o qual foi instalado no salão de leitura da Biblioteca Pública Municipal. Quinta-feira, sob a orientação daquele Comitê Central, foram instalados vários sub-comitês em diversos bairros da cidade e imediatamente centenas e centenas de caxienses, homens e mulheres, passaram a inscrever-se como Voluntários e Legionárias, ao mesmo tempo em que era fundada a Cruz Vermelha Brasileira de Caxias do Sul, consoante [sic] noticiamos em outro local desta edição. (Pioneiro, 2 de setembro de 1961, p. 15)



Capa do jornal Pioneiro no início da Campanha da Legalidade, com as fotos de João Goulart (esquerda) e Leonel Brizola (direita). Fonte: Pioneiro, 2 de setembro de 1961, p. 1.

Além disso, no dia anterior à publicação desta edição, destaca-se um comício pró Legalidade realizado na Praça Rui Barbosa (atual Praça Dante Alighieri), na qual, dentre as diversas entidades presentes, aponta-se a representação da UCES dentre falas realizadas no ato.

Ao começar a década de 1960, a diretoria da UCES já apresentava uma postura mais voltada a atender as demandas estudantis e reivindicar os direitos da classe. A primeira

publicação de 1961<sup>10</sup>, encontrada em meio aos jornais em fevereiro daquele ano, apresenta o início de “quatro grandes campanhas”:

1. Bolsas de estudos: através de uma circular enviada às instituições de ensino privadas da cidade, busca garantir vagas para estudantes de baixa renda. Aponta uma visão de que a educação de qualidade deve ser garantida aos mais pobres, mas que esta encontraria-se nas escolas particulares. A luta mais intensa pela qualificação da escola pública viria anos mais tarde.
2. Redução nas passagens dos ônibus urbanos: trata-se de uma bandeira histórica do movimento estudantil brasileiro (especialmente o movimento secundarista). Nesse caso, no entanto, não se trata de uma convocação para um ato público em prol da redução da tarifa de transporte público, mas sim, uma proposta de negociação com a Empresa Santos de Transportes a ser feita pela entidade para baratear o custo da passagem aos estudantes que deslocam-se ao colégio.
3. Descontos nas principais firmas, lojas, farmácias, óticas, e indústrias em geral: expõe a medida como uma redução ao impacto econômico da época em famílias cujos jovens estudavam e não possuíam renda. Salienta-se no entanto que os descontos são garantidos através da carteira estudantil, uma forma tradicional das entidades estudantis conseguirem seus recursos em troca de benefícios como tal, além de manter proximidade da base de estudantes, através da associação dos mesmos.
4. Assistência médica e dentária gratuita: tendo um sentido muito parecido com o desconto em compras, entretanto, podendo-se considerar a saúde como um direito, classificada pela UCES como “indispensável ao estudante”. Assim como o terceiro item, destaca a questão da carteira de estudante e a campanha como “objetivo de conseguir consultas gratuitas para seus sócios”.

A campanha pelas bolsas de estudo foi revelada pelo jornal no mês seguinte como “sucesso absoluto”, alcançando as principais escolas particulares da época<sup>11</sup>, somando 37 vagas entre ensino primário, secundário e de língua estrangeira.

---

<sup>10</sup> Pioneiro, 18 de fevereiro de 1961, p. 1 e 6.

<sup>11</sup> N. Sra. do Carmo, La Salle, Santa Ursula, Escola Técnica de Comércio, São Carlos, Imaculado Coração de Maria, Sacre Coeur de Marie, Escola Profissional Tiradentes (ensino primário) e Instituto Universal Brasileiro (ensino de inglês).

Se o acordo pelas bolsas de estudos foi bem sucedido, por outro lado, a negociação em prol da redução no valor das passagens de ônibus, inicialmente, enfrentou obstáculos. Sem estabelecer um consenso com a companhia de transporte público, a UCES iniciou uma greve estudantil. Em abril, noticia-se que ainda sem soluções — tentadas através de encontros entre o prefeito, a Empresa Santos e uma comissão da UCES — os estudantes seguiam em paralisação, instalados na Praça Rui Barbosa, onde segundo o jornal “por meio de auto falantes exortam não só os estudantes como a população a fazer greve contra os ônibus da Empresa no intuito de derrubar o contrato que a mesma empresa mantém com a Prefeitura” (Pioneiro, 22 de abril de 1961, p. 1). Isto é, uma vez não mais obtendo êxito na conciliação com o âmbito institucional, a entidade exerce a função de movimento social, tal como conceituado por Gohn (2011) ao gerar “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (p. 335). Como resultado da mobilização, a Prefeitura<sup>12</sup> divulgou, em sequência, uma nota a qual comunica que será instituída a passagem escolar com um desconto mínimo de 40% e até sua implementação, o poder público irá garantir uma bonificação de 20% em cada passagem para todos estudantes.

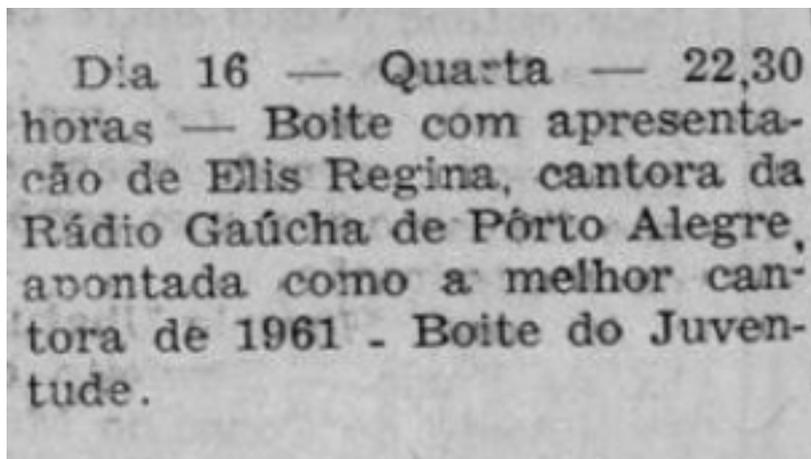
Logo após o anúncio das campanhas de 1961, a UCES também demonstra uma nova construção de relações com o poder público. Em fevereiro, o jornal destaca o recebimento do deputado Paulo Mincarone e o vereador Pedro Simon — ambos do PTB — pelo presidente da entidade, José Carlos Bertotto. No caso, a matéria aponta que foram apresentadas pela entidade demandas de caráter estrutural, como a necessidade de uma sede própria e de uma quadra esportiva voltada aos estudantes. Semanas após, foi enviado à Câmara de Vereadores, ofício pelo qual a UCES parabeniza Bernardino Conte (PRP) pela eleição à presidência do Legislativo. Nota-se, assim, ainda que pertinente o aspecto esportivo e recreativo em torno da União, também passa a se tomar uma dimensão mais institucional, aproximando-se do debate político partidário da época.

Posto isso, percebe-se que ao emergir a Campanha da Legalidade, a organização já exercia influência de mobilização sob a classe e estabelecia vínculo com figuras públicas da política regional, as quais possivelmente também exerceram influência sobre a tomada de posicionamento da entidade, durante o movimento de resistência iniciado no Rio Grande do Sul e que garantiu a posse de João Goulart ainda em setembro de 1961.

---

<sup>12</sup> A prefeitura ainda era comandada por Armando Biazus (PTB).

Por outro lado, as cerimônias e demais eventos recreativos não deixaram de acontecer, servindo como forma de integração entre os estudantes e legitimação da UCES como entidade representativa. Abre-se aqui uma prerrogativa, para além da atuação política, a fim de destacar a celebração do aniversário de 10 anos da entidade, que contou com a apresentação de Elis Regina, que se destacava em programas da Rádio Gaúcha, com apenas 17 anos, isto é, possivelmente também era uma estudante secundarista à época.



Fonte: Pioneiro, 12 de maio de 1962, p. 5.

A primeira metade da década de 1960 demonstra um vínculo ainda maior entre o semanário O Pioneiro e a UCES. É nesse período que se encontra o maior número de matérias utilizadas nesta pesquisa, em uma frequência, por vezes, mensal. Durante a posse da diretoria eleita em 1961, o jornal figurou entre os homenageados, sendo representado por meio da presença do jornalista Dr. Mário Rocha Netto. Tal estima rendeu uma publicação destacada na capa do periódico, na qual O Pioneiro “agradece a gentil homenagem do ex-presidente e deseja felicidades à nova diretoria da UCES, entidade que sempre tece sua total e irrestrita colaboração” (Pioneiro, 11 de novembro de 1961, p. 4). Em 1963, o espaço no noticiário foi ampliado. Agora não apenas por matérias produzidas pelos jornalistas, mas também conteúdos originais, por meio de uma coluna que intitulava-se “Caxias Estudantil”, produzida pelo Departamento de Divulgação e Imprensa da entidade e por alguns de seus dirigentes, com o informativo das ações feitas pela organização e também artigos de opinião. Sendo a coluna uma forma de comunicação direta da UCES, pode-se perceber o enaltecimento da parceria, também por parte dos secundaristas, que escrevem em uma das primeiras edições:

Queremos neste espaço agradecer do fundo do nosso coração, em nome de toda a classe estudantil caxiense, a gentileza de “Pioneiro”, incansável auxiliar das causas caxienses, em conceder-nos este espaço; A UCES está imensamente agradecida a direção e funcionários deste semanário (Pioneiro, 2 de março de 1963, p. 4).

Em um artigo de opinião, o estudante Almiro Zago detalha a cooperação com O Pioneiro e as demais ações de comunicação que vinham sendo promovidas pela gestão:

Aos domingos, das doze às treze horas, os estudantes são brindados com um bom variado programa, pelas ondas da rádio Difusora. De segunda à sábado, num serviço à comunidade caxiense, vai para o ar, através da rádio Independência, o Informativo Banco da Expensão. O jornal Pioneiro traz a página “Caxias Estudantil”, também num trabalho do D.D.I.. (Pioneiro, 6 de abril de 1963, p. 6)



Primeira ocorrência da coluna *Caxias Estudantil*. No caso, a diretoria utiliza-se do meio para rebater críticas recebidas pela falta de livros obrigatórios na Livraria Popular da UCES, apresentando a dificuldade em adquirir tais materiais e solicitando a compreensão dos estudantes. Fonte: Pioneiro, 23 de março de 1963, p. 7.

Há, ainda em 1963, uma importante mobilização sob liderança da UCES, novamente envolvendo a questão do transporte. O crescente número de estudantes que matricularam-se no recém criado Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza — no qual era ofertado ensino noturno e gratuito — não obteve, na mesma ordem, garantia de condições estruturais adequadas para o estudo, não apenas mas, especialmente, no que diz respeito ao deslocamento, em função da falta de ônibus na saída do turno. Ao invés do aumento na frota,

optou-se pela mudança no horário de aula. A cobrança foi feita pelos estudantes através do Pioneiro, novamente na representação de Zago, o qual externa que

O colégio noturno, como poderia ser o Ginásio, ficou com o horário das 20 às 23 horas. Os alunos do clássico e científico têm, agora, meia hora de repouso, a menos, o que faz muita falta para quem tem um dia cheio. E a saúde... que se dane! Na última aula o aproveitamento é mínimo, daí outro aspecto prejudicial e de consequências muito negativas. A experiência, vivida por nós, é quem fala. (Pioneiro, 20 de abril de 1963, p. 9)

O argumento final do artigo retrata a indignação dos estudantes com a empresa que concedia o transporte público:

Uma boa parcela da coletividade sofrendo estes transtornos, simplesmente porque a deficitária e falente Empresa Santos não pode colocar três ônibus a fim de reforçar o número existente. Três veículos, e estaria tudo em perfeita ordem. Ninguém fique pasmado se, um dia desses, as fábricas também mudarem de horários, satisfazendo as exigências do donos (falta pouco) da cidade. (Pioneiro, 20 de abril de 1963, p. 9)

No contexto da política nacional, seguia-se a disputa entre os dois campos. João Goulart havia sido empossado presidente apesar da tentativa de golpe mas, em compensação, o setor de oposição conquistou no Congresso Nacional a aprovação da Emenda Constitucional nº 4, que resultou na instauração de um regime parlamentarista, limitando as atribuições do presidente. Foi somente através do plebiscito realizado em janeiro de 1963<sup>13</sup>, que ocorreu o retorno ao presidencialismo e, por consequência, um maior apoderamento de Jango. A partir daí, se inicia o empenho por uma solução à inflação crescente, através da criação do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social e pela implementação das Reformas de Base, que visavam mudanças estruturais em sistemas como: agrário, eleitoral, bancário, constitucional e universitário.

Com o fracasso do Plano Trienal e a dificuldade de aprovação de suas políticas no Congresso, o governo passou a tomar uma posição mais radical, reforçando a ousadia presente nas reformas. Contribuíram ainda mais para inflamar o embate ideológico presente na época. Dessa forma, explica-se o fato de Jango aproximar-se, cada vez mais, dos movimentos populares para lhe dar sustentação política (MOREIRA, 2011). Nesse momento, a UCES

---

<sup>13</sup> Na ocasião, cerca de 11,5 milhões de cidadãos participaram da votação, resultando em 82,6% dos votos contrários a manutenção do parlamentarismo.

alinha-se às propostas do governo. A posição fica nítida em um artigo publicado na coluna *Caxias Estudantil* em maio de 1963:

Nestes momentos conturbados e decisivos da vida brasileira, ninguém pode ficar anônimo ou indiferente às lutas que se travam no país. O povo brasileiro clama por reformas e estas devem, precisam ser realizadas sem muita demora. Todos os cidadãos foram convocados para esta jornada e todos, por certo, responderão presente. A nossa luta não será, apenas para a consecução das ditas reformas, mas também pela maneira de concretizá-las, o que é de seu êxito ou fracasso. Por outro lado, elas serão ineficazes, se não forem acompanhadas das necessárias mudanças de mentalidade de uma reformulação de princípios, de cada um, dando ensejo e surgimento ou reaparecimento de algo chamado — vergonha — que tem andado ausente no espírito de boa parcela de brasileiros, particularmente daqueles que ocupam postos de mando. As reformas, portanto, devem ser interpretadas no sentido mais amplo. A estrutura social brasileira necessita, urgentemente, passar para uma forma onde a pessoa tenha realmente toda sua dimensão humana. Não há quem possa se omitir nesta causa grandiosa. Não há mais lugar para os comodistas e bons acovardados, grandes responsáveis pelo descalabro reinante nesta “Terra de Santa Cruz”. É indispensável que eles assumam sua verdadeira posição a fim de reforçar a linha de frente do grande exército da redenção nacional.

Junto às demais forças vivas da Nação, está colocado o estudante. Este, muitas vezes, tem-se situado através de falsos líderes, fora da sua real função, em atitudes pouco patrióticas e querendo trocar um sistema inumano por outro mais desumanizante<sup>14</sup>. Ao estudante caxiense, nesta tomada de consciência (ao menos parece), cabe assumir uma posição coerente com os seus princípios, dando uma parcela de esforço para o reerguimento do nosso Brasil. (Pioneiro, 25 de maio de 1953, p. 11)

No mês seguinte, aconteceu no Cine Imperial um ato público em prol das reformas de base. Dentre as diversas representações, a UCES esteve representada entre as falas, pelo então presidente Roberto Fadanelli. Semanas depois, a entidade rumou a um seminário estudantil, em Gravataí, no qual relata-se, por meio da *Caxias Estudantil*, que abordou-se além das reformas de base, o voto de analfabetos e questões como a

criação de educandários gratuitos, criação e ampliação de escolas, atualização das matérias lecionadas nos colégios e um estudo mais amplo dos diversos setores da humanidade, a fim de que o homem empregue seu saber como colaboração para o bem social, e não simplesmente como uma profissão, que diga-se de passagem nestes dias colabora para explorar a vida alheia (Pioneiro, 1 de julho de 1963, p. 6)

---

<sup>14</sup> Nota-se nesse trecho uma possível referência feita de forma indireta para a influência dos ideais comunistas no movimento estudantil frente à conjuntura. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) não defendia diretamente uma revolução socialista no Brasil, acreditando em um processo de revolução democrático-burguesa como etapa para o socialismo, indo ao encontro das pautas construídas pelo Governo Jango, estabelecendo, assim, o apoio ao presidente trabalhista. No entanto, apesar de não rejeitar o apoio e defender a legalização do PCB, João Goulart e o trabalhismo brasileiro distanciavam-se ideologicamente do comunismo ao defender o setor privado como propulsor do investimento (MOREIRA, 2011).

Essas ideias também coincidem com os princípios educacionais progressistas que ganhavam força no país, sob influência de educadores como Paulo Freire, e eram defendidas nas políticas de Jango, ao mesmo tempo em que enfrentaram oposição da ala privatista<sup>15</sup>. Moacyr de Góes (2002) destaca na obra *O Golpe na Educação*, que com a retomada do presidencialismo, o governo propôs, nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE); a criação da Comissão de Cultura Popular; a implementação do Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido; e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA)<sup>16</sup>.

Ao retornar do Congresso dos Estudantes de Grau Médio de 1963 — realizado em Passo Fundo e responsável pela eleição da nova diretoria da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas — a UCES utiliza sua página no *Pioneiro* para apresentar uma avaliação sobre a última gestão da União Gaúcha, tecendo críticas ao trabalho administrativo, mas elogiando os esforços pela divulgação do Centro Popular de Cultura (CPC). Segundo a matéria, a gestão “procurando levar a mensagem da UGES a todo interior, a equipe do CPC visitou quase todas as entidades secundaristas do Rio Grande” (*Pioneiro*, 27 de julho de 1963, p. 7). Sob influência das políticas de valorização à cultura popular, a UNE desenvolveu o CPC, que foi também incorporado por outras entidades universitárias e secundaristas de representação estadual, obtendo uma produção artística diversificada em áreas como teatro, cinema, música, literatura e cursos de extensão, que relacionavam-se aos movimentos populares, desenvolvendo uma cultura crítica e confrontando a educação conservadora<sup>17</sup>. Silvana Lazzarotto Schmitt (2011) destaca que

Os estudantes envolvidos com as apresentações do CPC sempre organizavam debates sobre questões políticas, sociais e econômicas após as apresentações culturais. Nesse momento, tanto a educação popular quanto a cultura popular tinham o objetivo primordial de gerar a consciência e a participação política dos setores populares (p. 27)

Ainda no artigo sobre a UGES, se enaltece a atuação da última gestão pela divulgação ideológica em torno das reformas de base, considerando que “a equipe passada, ressaltou-se como observamos, dentro do trabalho ideológico, procurando introduzir na mente do

---

<sup>15</sup> Nesta trincheira ficaram os católicos sob liderança da AEC (Associação de Educação Católica), que deflagrou a Campanha de Defesa da Liberdade de Ensino em oposição à Campanha de Defesa da Escola Pública. A AEC mobilizou os colégios católicos, os Círculos Operários, a opinião pública conservadora e pressionou o Congresso Nacional. Esta militância católica começou a “rachar” na JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica) face à posição do movimento estudantil em favor da escola pública. (GÓES, 2002, p. 13)

<sup>16</sup> Instituído a partir do decreto 53.465 de janeiro de 1964 e extinto dias após o golpe civil-militar do mesmo ano.

<sup>17</sup> CUNHA, L. A.; GÓES, M., 2002.

estudantado e do povo, a necessidade das reformas de base, tema que na atualidade é obrigatório (Pioneiro. 27 de julho de 1963, p. 7). O relato da primeira reunião da União Gaúcha com a nova gestão empossada, apresenta o compromisso em dar seqüência ao processo de politização da categoria estudantil e avançar no desenvolvimento dos CPC's. Destaca-se também neste informe a afirmação de que a UCES teria um dos mais bem estruturados CPC do estado<sup>18</sup>. A ideia de cultura popular para aquele momento está expressa através de uma das matérias publicadas na coluna Caxias Estudantil:

**Caxias Estudantil**  
**Departamento de Imprensa da UCES**

**A Cultura Popular a Serviço do Povo (3)**

Como as estatísticas provam, a morte é o único direito de uma percentagem espantosa de pessoas. Morrem 23 milhões pela doença do amarelo. 18,5 milhões pelo bócio endêmico. 4 milhões pela esquistossomose. 43 mil sofrem de enfermidades mentais. Morrem mais de um milhão pela verminose. Pois não usam calçados. Não dois ou três, mas a metade da população brasileira. No RGS morrem por ano, uma população de mais de 10.000 crianças (população igual a Hiroxima). Quando a bomba foi lançada naquela cidade, o mundo se levantou em repúdio ao ato. Mas ninguém uma palha em favor dessas dez mil crianças que morrem, aqui nos pagos, ao nosso lado, não numa guerra, mas numa malfadada «paz social» que alguns querem fazer crer existir. Paz social é a cabeça deles! Nós vivemos na mais trágica das guerras civis. Guerra em que uma MINORIA esmaga, pela força do seu dinheiro, a uma tremenda MAIORIA, que nem sequer sabe porque sofre. Não sabem, sequer, que não precisariam sofrer. Mas eles não conhecem seus direitos. Não os conhecem porque não tem cultura. E os grupos privilegiados não se interessam em dar cultura a essa gente. Porque será, hein?

Fonte: Pioneiro, 14 de setembro de 1963, p. 7.

<sup>18</sup> Pioneiro, 3 de agosto de 1963, p. 8.

Nota-se que, a partir da mobilização pelas reformas de base, a UCES passa a valorizar mais a sua atuação enquanto voz ativa dos estudantes e da juventude e como instrumento de mudanças, frente ao cenário político. Ao longo do tempo, a coluna produzida no Pioneiro, amplia o espaço para artigos de opinião, em detrimento das divulgações de eventos esportivos e sociais, outrora como carro-chefe da entidade. Os congressos estudantis promovidos pela UCES passaram a pautar especialmente a conjuntura política e ações começaram a ser feitas com o intuito de fortalecer a atuação política do movimento estudantil secundarista, como a criação de uma União, que agregava presença de estudantes de outras 12 cidades do nordeste do Rio Grande do Sul<sup>19</sup>, que intitulou-se União dos Estudantes Secundaristas do Nordeste do Estado (UESNE). Sobre esta construção, destacavam que tinha-se por objetivo realizar

[...] um trabalho de politização da classe, que realmente trará inúmeros benefícios, não só para a classe estudantil em particular, mas também, estarão integrados todos os movimentos que visem dar ao homem, objetivo principal, o verdadeiro motivo de sua existência, através de uma vida onde exista a primazia do bem comum da sociedade sobre o bem individual e sobre o bem particular dos grupos. (Pioneiro, 24 de agosto de 1963, p. 7)

A relação da entidade com o governo Jango não deu-se apenas através das mobilizações em apoio às reformas. Um vínculo mais direto fica nítido, em janeiro de 1964, quando a UCES informa sobre a realização de um seminário com a presença de representante do Ministério da Educação e Cultura. Na divulgação coloca-se que “o MEC está interessado em dispensar uma atenção toda especial para o trabalho que desenvolvem ou deveriam desenvolver os grêmios de todo o país” (Pioneiro, 4 de janeiro de 1964, p. 8). A presidência de João Goulart ficou marcada por instabilidade política, do início ao fim. Dessa forma, buscava sustentar seu governo com o apoio de movimentos sociais e nesse momento — meses antes de ser deposto — com o aprofundamento da crise, buscava a aproximação desses movimentos, dentre os quais, o movimento estudantil representava um apoio imprescindível. Após o encerramento do encontro, onde se discutiu as campanhas de alfabetização<sup>20</sup> e a organização dos grêmios estudantis — principalmente a respeito da elaboração de jornais

---

<sup>19</sup> Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Carlos Barbosa, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Mussum, Nova Prata, Novo Hamburgo, Vacaria e Veranópolis.

<sup>20</sup> Ainda em janeiro deste ano, realizou-se em Cachoeira do Sul, um congresso de alfabetização com base no método Paulo Freire, contando com a participação de representantes da UBES, da UGES, do SUPRA e do MEC (PIONEIRO, 25 de janeiro de 1964, p. 4).

próprios — a UCES afirma que o Ministério comprometeu-se em ajudar financeiramente na formação de um jornal da entidade<sup>21</sup>.

Contudo, após o comício do presidente na Central do Brasil, em 13 de março, que decretou a nacionalização de refinarias e a expropriação de terras latifundiárias, girou-se na oposição, a chave da união entre setores conservadores civis, empresariais e militares, para a derrubada do governo. Apesar dos decretos terem o propósito de democratização e reforma na estrutura do capitalismo brasileiro, num contexto de Guerra Fria acirrada pelo desencadeamento recente da Revolução Cubana, a oposição conseguiu atingir a classe média e outras categorias que até então alinhavam-se a favor de João Goulart, apoiando-se sob a bandeira do anticomunismo.

Dentre os grupos que mudaram de lado no momento que precede o golpe, Alzira Alves de Abreu (2006) atenta para o caso de diversos jornais que participaram desse processo. “O discurso sobre o perigo comunista foi o eixo central que uniu imprensa, militares, Igreja, classe média, empresários rurais e urbanos e diferentes setores da sociedade em apoio à queda do governo constitucional de Goulart” (p. 126). Esta situação pode ter influenciado o jornal O Pioneiro e, conseqüentemente, a forma de comunicação da UCES através do periódico. A entidade que meses antes expressava firmemente seu posicionamento no jornal, após o golpe, manteve manifestação neutra.

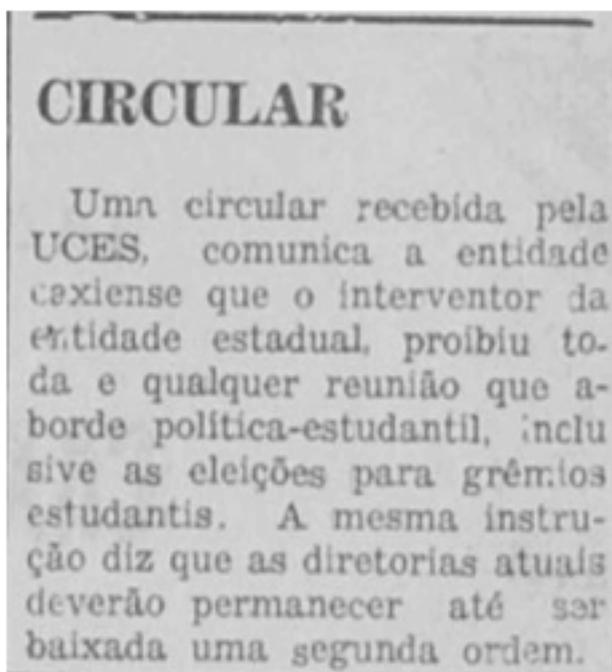
No dia 14 de abril de 1964, a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas — entidade pela qual a UCES compunha a base e mostrava-se empenhada em construir — foi tomada pelos militares. O fato foi exposto pela UCES, através da divulgação de imprensa de modo informativo<sup>22</sup>. No mesmo momento, comunica-se que o então presidente da entidade caxiense, Guiomar Chies, foi convidado a assumir a direção da União Gaúcha<sup>23</sup>, que acabou por recusar a proposta, alegando compromissos pessoais. Não se explica, no entanto, se este convite teria sido feito pelos interventores ou pela base estudantil. De todo modo, a UCES acaba tendo o mesmo desfecho, primeiro com imposição de censura, depois com intervenção

---

<sup>21</sup> PIONEIRO, 11 de janeiro de 1964, p. 10.

<sup>22</sup> PIONEIRO, 25 de abril de 1964, p. 7.

<sup>23</sup> Ibidem



Fonte: Pioneiro, 1 de maio de 1964, p. 11



Fonte: Pioneiro, 16 de maio de 1964, p. 6

Ainda assim, a coluna Caxias Estudantil manteve-se sob ordem da UCES, agora com o espaço ocupado principalmente para assuntos relacionados à atuação da entidade em campeonatos esportivos. Contudo, encontra-se nesse período uma matéria na coluna sobre um conselho extraordinário para eleição de nova diretoria na UGES<sup>24</sup>, o qual não obteve resultado algum. Sem muitos detalhamentos, alguns pontos despertam a curiosidade. Inicialmente, visto que não encontrou-se evidências de uma nova reformulação na diretoria da UCES após intervenção, sob qual ponto de vista o texto foi escrito? Além disso, informa-se que representantes de 38 cidades estiveram presentes, o que exatamente os impediu de chegarem a um encaminhamento?

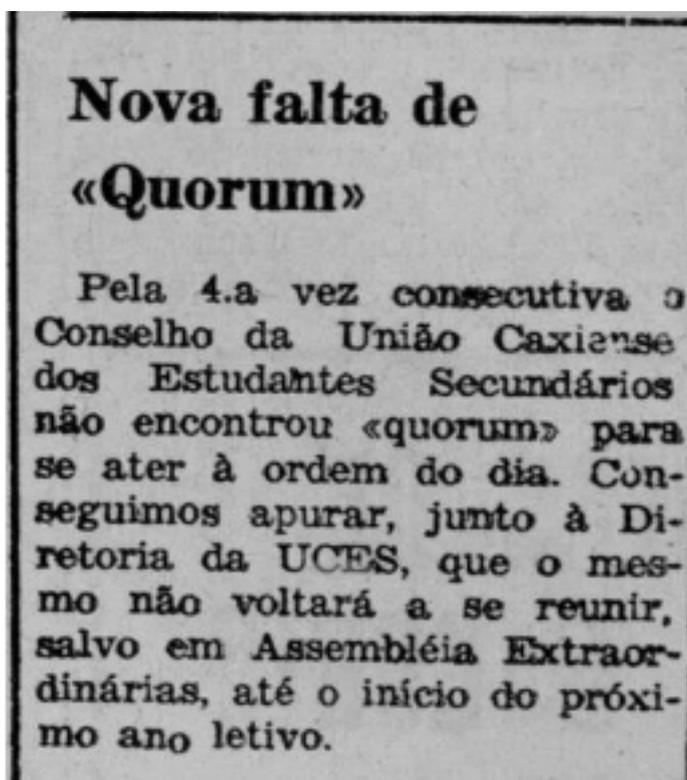
Nessa ocasião, a intervenção militar no governo datava três meses e, evidentemente, ainda não era possível tomar a dimensão do que seria o desenrolar da ditadura. Porém, a censura e a repressão do regime já eram sentidos no movimento estudantil, tido com um dos primeiros alvos do governo. Além da intrusão nas entidades estudantis, a sede da UNE havia sido incendiada e diversas lideranças estudantis se viram obrigadas ao exílio. Trata-se, portanto, de um momento de enorme incerteza e temores para a classe estudantil, que temiam naquele instante a extinção das entidades<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Pioneiro, 13 de junho de 1964, p. 9.

<sup>25</sup> Ibidem.

Netto (2011) destaca a característica do tratamento da ditadura com a educação, entre 1964 a 1968, “pelo esforço para erradicar as experiências democratizantes que se vinham desenvolvendo” (p. 61). Essa ação, naturalmente afetou de maneira direta o movimento estudantil, sobretudo as entidades organizativas, visto que, estas representavam justamente uma dessas principais experiências democratizantes que se vinham desenvolvendo no início da década de 1960.

Em outubro de 1964, realizou-se a eleição direta para nova diretoria da entidade, assim como os anos anteriores, elegendo o estudante José Paulo Welter à presidência mas, ao mesmo tempo, clama-se para a participação dos estudantes no processo eleitoral e lamenta-se a falta de quórum em determinadas atividades.



Fonte: Pioneiro, 5 de dezembro de 1964, p. 5

Inicia-se aí uma gestão que introduz significativas mudanças na postura e no formato da comunicação da UCES no Pioneiro. O título da coluna “Caxias Estudantil” torna-se “Coluna Estudantil” e logo depois “Cantinho da UCES”, com um espaço cada vez mais reduzido, voltando suas publicações especialmente para divulgação dos resultados obtidos pela UCES em competições esportivas, bem como, outras questões distantes do debate político.

Como apresentado anteriormente, nesse momento, diversas entidades estudantis já sofriam a perseguição e intervenção da ditadura. O fato da manutenção da UCES dentro da legalidade pode estar relacionado a uma tomada de posição conivente ou favorável ao novo governo. Tal circunstância se evidencia, em 1965, na forma em que a UCES menciona o golpe militar, em relato referente à situação da UESNE. “[...] após um ano em que as iniciativas e empreendimento nenhum foram realizados, o que se deve a revolução de 31 de março e a atuação nada convincente de sua diretoria, virá reunir-se no próximo dia 26 do corrente em nossa cidade” (Pioneiro, 19 de junho de 1965, p. 3).

A página no Pioneiro destinada à divulgação de imprensa da UCES, deixa de existir ao final de 1965, restando sobre a entidade apenas algumas reportagens produzidas pelo próprio jornal, no que diz respeito a eventos esportivos e recreativos. Além da falta de informações, deve-se considerar também a censura da imprensa e a clandestinidade de diversas organizações estudantis, tornando-se inconclusivo qualquer diagnóstico sobre a atuação política dos estudantes secundaristas nesse período por meio das fontes utilizadas nesta pesquisa.

Sendo assim, propõe-se aqui um salto para o processo de abertura democrática, pós ditadura, onde é possível analisar as fontes com maior autenticidade, relacionando a nova forma de atuação da UCES, conjuntamente a um período de significativas mudanças na organização política do país.

### **CAPÍTULO III - NOVA GERAÇÃO E NOVOS VALORES NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

O prolongamento da ditadura militar no Brasil acarretou obstáculos ao movimento estudantil, como a repressão e a censura. Diversas entidades foram postas na ilegalidade e os atos institucionais criados pelo governo passaram a coibir as reuniões políticas, principalmente por meio do Ato Institucional nº 5, decretado justamente como resposta à realização da Passeata dos Cem Mil, que havia sido realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1968, sob liderança de organizações estudantis. Tal manifestação contou com grande adesão popular, sobretudo pela morte do estudante secundarista Edson Luís<sup>26</sup>, pela ditadura, meses antes. Neste cenário de repressão e resistência, o movimento estudantil estabeleceu um novo formato, com organizações clandestinas e mais radicais, a fim de superar a violência do estado.

Foi a partir da segunda metade da década de 1970 que, mesmo ainda com a ditadura vigente, iniciou-se uma política de “distensão” por parte dos militares, oportunizando uma reorganização dos movimentos sociais, constituindo uma nova geração dentro do movimento estudantil, partícipe do processo de redemocratização (BRINGEL, 2012).

Dessa forma, busca-se neste capítulo observar o impacto desta transição política na forma de organização da UCES, compreendendo o final da década de 1970 até a campanha Diretas Já, entre 1983 e 1984. Cabe ressaltar que, a essa altura, a entidade já não possuía mais espaço reservado no Pioneiro, fato este que reduz consideravelmente a quantidade de fontes disponíveis em comparação à década de 1960. Com o fim das colunas produzidas pela UCES, a maior parte do material analisado agora passa a ser de autoria da própria redação do jornal, sendo necessário, portanto, atentar nessa passagem também para a opinião externa acerca da União.

Como apresentado anteriormente, as publicações relacionadas à UCES no auge da ditadura militar restringiam-se por um bom tempo a convites e considerações sobre eventos

---

<sup>26</sup> Durante manifestação da FUEC - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, em 28 de março de 1968, contra o aumento no valor das refeições e pela melhoria da infraestrutura do restaurante estudantil, os estudantes entraram em confronto após invasão da polícia, que atirou contra a manifestação matando Edson Luís. (VILLA, 1997, p. 13-16)

recreativos e esportivos. Se outrora as reuniões entre estudantes estavam expressamente proibidas, em 1975 retorna-se à realização do Seminário de Liderança Estudantil<sup>27</sup>.

Ao convocar os estudantes para outro encontro de lideranças, em 1979, a UCES divulgou também a distribuição da primeira edição do jornal *A Voz do Estudante*, editado pela própria entidade.

As características de uma organização mais crítica, ausente nas páginas do Pioneiro desde o início da década de 1960, aos poucos também vão apresentando-se novamente. Destaca-se, nesse sentido, uma passagem da UCES para o dia do estudante:

[...] Educar seria ajudar o estudante a libertar-se de certos condicionamentos que o prendem.

EDUCAR SIGNIFICA REDIMIR E LIBERTAR!

A educação deve ser personalizante. No meio das estruturas desumanas, o estudante deve humanizar-se e construir-se. Deve afastar os impecilhos [sic] que o impedem de crescer. (Pioneiro, 11 de agosto de 1979, p. 41)

Na medida em que se retomou a divulgação pública das atividades e o posicionamento crítico, os estudantes também voltaram a ocupar as ruas. Em 1980, a UCES esteve liderando uma manifestação pública no calçadão da Praça Dante Alighieri, juntamente com outras diversas entidades como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UCS, a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) e a União das Associações de Bairro (UAB), além de grêmios estudantis, centros acadêmicos e sindicatos. O ato em questão somava-se ao Dia Nacional de Luta pelo Ensino Público Gratuito, encaminhado pelo II Encontro Nacional de Professores e aprovado apoio pela UNE, pela UEE e pela UGES (Pioneiro, 19 de abril de 1980, p. 1).

Nota-se não apenas a relevância da pauta pela educação popular — a qual podemos recapitular no início da década de 1960 — mas em especial um novo elemento na formação do movimento social, que passa a apresentar um perfil mais institucionalizado e plural, determinado pela diversidade de siglas presentes em uma única manifestação, que pela indicação do jornal somou de 100 a 200 participantes<sup>28</sup>. Ou seja, além do processo de institucionalização, consequente ao período de reabertura democrática, os movimentos sociais apresentam uma forma cada vez mais heterogênea, com organizações segmentadas, mas que unem-se conforme determinadas bandeiras.

<sup>27</sup> A primeira e última edição do seminário foi divulgada dez anos antes. (Pioneiro, 14 de agosto de 1965, p. 14)

<sup>28</sup> Para referir-se ao tamanho do público, o redator da matéria expressa que: “mais de uma centena de estudantes secundários caxienses representando as lideranças locais foram para o calçadão na tarde de quinta-feira” (Pioneiro, 19 de abril de 1980, p. 1).

O elo entre os movimentos se evidencia na atuação conjunta entre entidades estudantis e os diferentes sindicatos ligados à educação, sobretudo de professores. Em 1981, por exemplo, a UCES e CPERS aparecem agindo juntamente em determinadas situações, particularmente em uma greve estabelecida por estudantes da Escola Irmão José Otão, reivindicando a volta de professores que haviam sido transferidos. Sobre este impasse, O Pioneiro destacou:

[...] o que a direção alegou como causa principal da medida tomada, exigindo a transferência dos professores por “desacato à autoridade da direção”, começa a não ser muito aceita, quando estes, com o apoio de pais e alunos do estabelecimento se defendem e exigem medidas mais urgentes e concretas de parte da Delegacia de Educação. (Pioneiro, 6 de novembro de 1981, p. 6)

Caso semelhante ocorreu no ano seguinte, quando estudantes da Escola Abramo Pezzi entraram em greve após a transferência de um professor<sup>29</sup>. Em ambos acontecimentos, as greves não se originaram por iniciativa do CPERS ou da UCES, mas as duas entidades estiveram em conjunto acompanhando de perto as manifestações.

Ainda em 1982, o CPERS realizou uma greve de três dias. Em nota para elucidar as dúvidas sobre a paralisação, reproduzida pelo Pioneiro, a então diretora do 1º Núcleo do CPERS, Maria Helena Sartori, destacou o apoio da comunidade, citando primeiramente a UCES dentre as diferentes organizações que manifestaram apoio, relatando que

a adesão da comunidade ao movimento foi bastante significativa, uma vez que grande parte dos pais não mandou seus filhos às escolas, nos mais diferentes turnos, e que a UCES, ADUCS, DCE, Diretório Municipal do PMDB e UAB enviaram moções de solidariedade [...] (Pioneiro, 3 de abril de 1982, p. 10).

No ano anterior, o movimento foi inverso. Durante uma paralisação estudantil, embora não se evidencie a participação ou apoio direto do CPERS, as falas de professoras colocadas na matéria que cobria a mobilização secundarista demonstram o alinhamento entre as categorias:

Cleusa Aires, professora de Física e Matemática, afirmou que está a favor do movimento, principalmente porque muitas das reivindicações dos estudantes coincidem com a do movimento grevista realizado anteriormente pelos professores.

---

<sup>29</sup> Pioneiro, 11 de agosto de 1982, p. 8.

“A razão deles é justa”, opinou ela e Maria Inês Lazarin, que leciona Matemática, acrescentou: “principalmente pelos itens semelhantes aos nossos” (Pioneiro, 29 de maio de 1981, p. 7)

As greves podem ser interpretadas como fator determinante para os secundaristas nesse período. Esta citada anteriormente refere-se à mobilização para o Dia Estadual de Mobilização Secundarista, que pretendia, segundo cartaz distribuído pela UCES, lutar dentro das seguintes reivindicações básicas: 1) contra a obrigatoriedade das taxas escolares cobradas pelos Círculos de Pais e Mestres; 2) fim da repressão nas escolas; 3) autonomia dos grêmios estudantis; 4) 12% do orçamento da União e 25% do Estado para a Educação; 5) pela reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); e 6) por um ensino melhor<sup>30</sup>.

Entretanto, o movimento em Caxias teve resultado abaixo do esperado, com apenas duas escolas aderindo à paralisação. Tal fato foi o auge para que se iniciasse um movimento a fim de destituir o presidente da UCES, acusado de “fujão” durante a greve:

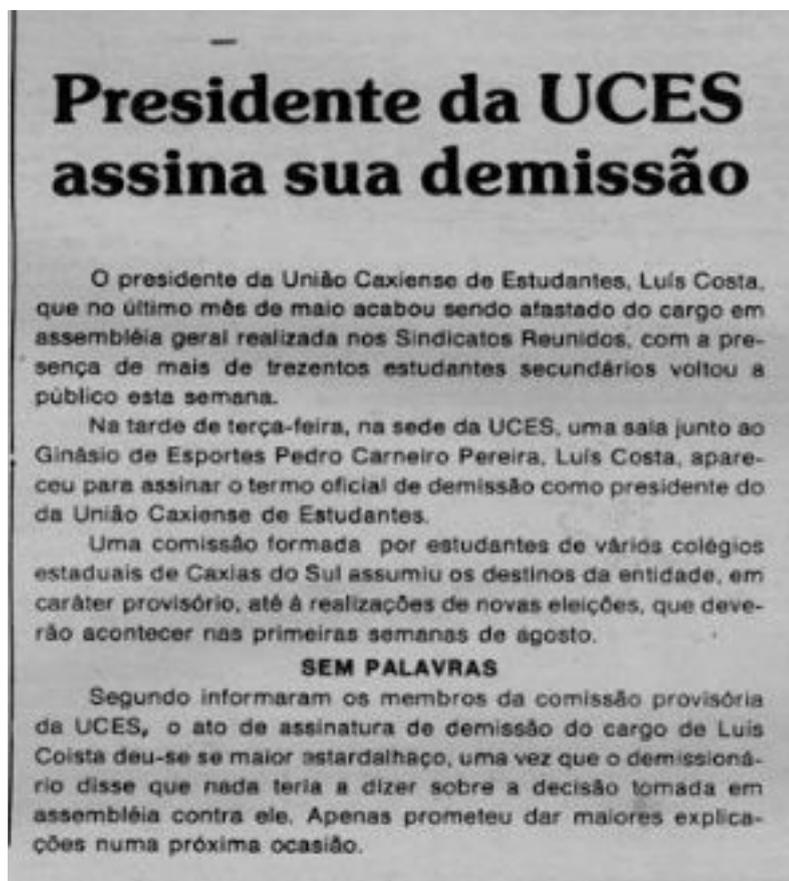
[...] não foram poucos os alunos que se manifestaram revoltados com a pouca ação mobilizadora da UCES, na pessoa do seu presidente, Luis Costa. “Ele andou dizendo que estava na hora de nos unir, mas quando chegou o momento ele decide fazer as malas e viajar... ninguém sabe para onde”, desabafou um aluno do noturno do Emílio Meyer. (Pioneiro, 29 de maio de 1981, p. 6)

Dentre as duas escolas<sup>31</sup> que realizaram a paralisação, estava o Colégio Imigrante. Um dos integrantes do grêmio estudantil desta escola, o estudante Jorge Pimentel, acabou liderando o processo de derrubada do presidente da UCES, que obteve êxito poucos meses depois.

---

<sup>30</sup> Pioneiro, 29 de maio de 1981, p. 6.

<sup>31</sup> Além do Colégio Imigrante, a outra escola a parar foi o Santa Catarina. Nesta, com mobilização maior, conseguiram manter a paralisação e a mobilização geral dos estudantes de Segundo Grau (como era chamado o atual Ensino Médio), nos turnos da manhã e da noite, contando com a presença da direção e grande número de professores, reunindo-se no ginásio da escola, onde realizaram o protesto e também debates.



Fonte: Pioneiro, 27 de julho de 1981, p. 8

Outra reação contra procedimentos arbitrários por parte das direções de escola, no início da década de 1980, resultou em greve. Dessa vez, o caso envolvia um estudante do Colégio Cristóvão de Mendoza, vice-presidente do grêmio estudantil, que acabou suspenso por distribuir o jornal da UCES na escola. Além dele, outros membros do grêmio receberam suspensão, em seguida. O anúncio de greve por parte dos estudantes veio dias depois, após assembleia que reivindicou o seguinte: encaminhamento de pedido à Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa para que solicitassem à Secretaria de Segurança Pública do Estado um cessar às ameaças contra estudantes; o não reconhecimento de Karla Angelina Michelin como diretora do Colégio; a volta imediata do estudante suspenso; uma moção de apoio para estudantes de Pelotas que encontravam-se em greve havia quase 60 dias; e o retorno às aulas somente quando obtivessem respostas para as reivindicações<sup>32</sup>. Os últimos dois pontos refletem novamente a relevância da greve na dinâmica do movimento estudantil deste período.

<sup>32</sup> Pioneiro, 11 de maio de 1983, p. 15.

O incidente teve grande repercussão no Pioneiro<sup>33</sup> e chegou a ser pauta da Câmara de Vereadores, que aprovou uma moção de protesto à direção e outra pedindo a substituição da diretora. Ao que tudo indica, o fato acabou entrando em destaque dentro da Câmara também por motivos de disputa partidária, uma vez que a diretora em questão possuía filiação ao PDS. Contudo, em uma das sessões em que a pauta veio à tona, o jornal destaca a fala do líder da bancada do PMDB, José Carlos Bassanesi: “é lamentável que uma participante dos quadros do PDS não tenha entendido a abertura relativa do general Figueiredo” (Pioneiro, 10 de maio de 1983, p. 10). Tal frase também revela a transição democrática em curso e o autoritarismo da gestão escolar como uma marca da ditadura<sup>34</sup>.

Outro ponto a ser destacado está na inserção da UCES na luta por outras pautas, para além do âmbito educacional. Destaca-se, nessa perspectiva, a presença dentro do movimento de trabalhadores, especialmente nos protestos de 1983 contra o Decreto-Lei 2.045, que limitava em 80% do INPC o índice de reajuste no salário dos trabalhadores brasileiros. A UCES aparece como integrante da mobilização realizada em Caxias do Sul que, além de um ato público no centro da cidade, contou com a distribuição de material com um manifesto contendo também a posição política dos grupos envolvidos sobre outros pontos pertinentes à época:

No manifesto que será distribuído aos trabalhadores constam os motivos do protesto, bem como os pontos de luta das entidades, que são basicamente: direito ao trabalho (fim do desemprego), rompimento com o FMI, pela previdência social aos trabalhadores rurais e por eleições diretas para Presidente da República. (Pioneiro, 22 de setembro de 1983, p. 12)

Além disso, cresce o empenho na construção do movimento feminista na cidade e para dentro da UCES. Destaca-se aqui a participação da entidade juntamente com outras organizações locais na criação da União de Mulheres de Caxias do Sul (UMCA)<sup>35</sup>, em 1982, e a comemoração do Dia Internacional da Mulher em Caxias do Sul, no ano seguinte, quando realizaram-se debates com a presença da jornalista Ana Montenegro, filiada ao PCB e considerada a primeira mulher exilada pós golpe militar de 1964.

<sup>33</sup> Entre abril e junho de 1983, ao menos nove matérias trataram do fato mencionando a UCES.

<sup>34</sup> Mesmo antes do golpe militar, as direções de escola eram formadas por indicação dos governos municipais. As eleições para diretores foram realizadas pela primeira vez em Caxias do Sul no final de 1984. Para realização do processo eleitoral, uma comissão foi formada por um professor (eleito pela categoria), um estudante (eleito pela UCES), um representante de Círculos de Pais e Mestres, um da Associação dos Servidores Municipais, um da Consultoria Jurídica do Município e um da Secretaria da Administração. (Pioneiro, 17 de outubro de 1984, p. 26)

<sup>35</sup> Pioneiro, 9 de março de 1982, p. 2.

As UCES também passa a organizar-se em prol da participação política das mulheres nos debates do movimento secundarista, assim como no debate sobre a questão de gênero. Para isso, foram criados espaços exclusivos para essas discussões, como o I Encontro da Mulher Secundarista, realizado em maio de 1982, com o intuito de abordar a participação histórica da mulher na sociedade e a condição feminina em temas como saúde, sexualidade, condição de vida, higiene, etc. Desta construção, a Secretária do Departamento Feminino da UCES, Elisete Panazzolo, expôs ao Pioneiro

que a pouca participação feminina nos movimentos democráticos não quer dizer que a mulher seja acomodada, ou não tenha capacidade de opinar, pensar e agir ativamente. Por isso, queremos que a mulher secundarista, junto a nós, desenvolva esse potencial, visto que hoje somos mais de 52 por cento da população brasileira, onde sua grande maioria é constituída de mulheres que trabalham muitas vezes em condições abaixo da dignidade humana. (Pioneiro, 12 de maio de 1982, p. 11)

Essa nova identidade do movimento estudantil — muito influenciada pela expectativa gerada em torno da reabertura democrática — também se encontra com a formação de novos partidos políticos e suas inserções dentro dos movimentos sociais. Se antes a UCES relacionava-se com os partidos por interlocução de políticos regionais, agora muitos estudantes ligados às disputas da UCES passam a se organizar partidariamente, assim como as questões relacionadas à entidade tornam-se ponto de pauta dentro dos partidos no município. O tensionamento ocorrido dentro da Juventude Trabalhista (JT), órgão ligado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), durante um processo eleitoral da entidade secundarista expõe esse novo cenário. Um estudante filiado à JT reivindicava apoio para uma das chapas<sup>36</sup> concorrentes à direção da UCES, “por entender que ela tem a melhor proposta e está integrada por muitos trabalhistas”, mas encontrou resistência de seus companheiros de partido. Tal situação foi matéria do Pioneiro, na qual o estudante argumentou:

Esse negócio de não participar na política estudantil e não querer se envolver com atividades que alguns consideram alheias à atividade política não pode mais continuar. Os partidos políticos têm que assumir posição, especialmente nós jovens. Se começarmos a dar o mau exemplo agora de omissão, o que será do nosso futuro? (Pioneiro, 8 de outubro de 1981, p. 8)

---

<sup>36</sup> A chapa defendida, tratava-se da Chapa 2 - Todos na UCES, a qual afirma-se ser composta por muitos trabalhistas, era liderada por Venor Carlos Gomes e acabou vitoriosa, com aproximadamente 59% dos votos válidos, em um pleito que contou com três chapas e quase 11500 votantes. (Pioneiro, 14 de outubro de 1981, p. 6)

Por outro lado, o presidente da Juventude Trabalhista defendeu em nota exposta na mesma matéria

[...] que, na atual conjuntura nacional, os movimentos dentro das escolas e universidades são de vital importância na luta de todo o povo brasileiro. Porém, não partiu desta entidade nenhuma nota oficial de apoio a esta ou aquela chapa em especial, mas reafirmamos nosso apoio ao movimento estudantil, como um todo. (Pioneiro, 8 de outubro de 1981, p. 8)

Outro caso está na notícia destacada pelo Pioneiro da transição partidária do vice-presidente da UCES na ocasião, Moacir José Deitos. Segundo a reportagem

Moacir José Deitos, vice-presidente da UCES, anunciou sexta-feira sua desfiliação ao PMDB. Dizia que a atitude devia-se a não mais enquadrar suas ideias com as do partido. Afirmou também que se manteria apartidário. Mas, por pouco tempo, pois Adílzio Cadorin anunciava em seguida, seu ingresso no PDT. (Pioneiro, 22 de maio de 1982, p. 13)

Além disso, a matéria em questão citava Deitos no meio de diversos nomes do PMDB que concorreriam para cargos públicos. Muitos secundaristas tiveram na União, um local de formação para a vida pública, como Mansueto Serafini, que aparece entre os primeiros integrantes da entidade e anos depois elegeu-se vereador na cidade, onde posteriormente chegou a ser prefeito em dois mandatos. Outras figuras, como Victor Faccioni<sup>37</sup> e Antenor Ferrari<sup>38</sup> que foram eleitos como vereadores, deputados estaduais e federais, apresentavam-se nas disputas às cadeiras políticas como ex-integrantes da UCES. No entanto, esses nomes tiveram suas candidaturas anos após a saída do movimento secundarista. O fato de Deitos ser vinculado como possível candidato<sup>39</sup> (mesmo que não se confirmasse), ainda ocupando o cargo de vice-presidente da UCES, aponta um novo estágio para a entidade.

A militância partidária passa a abranger diversas entidades estudantis, não apenas em Caxias do Sul. Ao relatar para o jornal sobre a participação no XXXV Congresso da UGES<sup>40</sup>, os estudantes caxienses apontaram para o partidarismo dentro da entidade com um tom de

---

<sup>37</sup> Pioneiro, 22 de setembro de 1962, p. 4)

<sup>38</sup> Pioneiro, 1 de novembro de 1978, p. 12.

<sup>39</sup> Não foi possível confirmar se o estudante chegou a concorrer à Câmara de Vereadores.

<sup>40</sup> Realizado em Tramandaí, entre os dias 21 e 25 de julho de 1982.

crítica, denunciando um possível aparelhamento por parte do PDS<sup>41</sup>. O Pioneiro destaca que os membros da diretoria da UCES, expressavam a insatisfação da seguinte forma:

Nós fomos para discutir propostas estudantis, mas o atual presidente da UGES é vinculado ao partido político PDS e teve dinheiro para hospedar mais de 400 estudantes nos hotéis mais caros de Tramandaí, enquanto a bancada de Caxias e outras ficaram num alojamento a 6 km da cidade e todo alagado” (Pioneiro, 31 de julho de 1982, p. 13)

Trata-se de um momento de afirmação da liberdade de expressão e do empenho na construção de instituições democráticas, o que acaba por refletir na organização interna da União. Nessa época, não são raros os momentos de fala dos secundaristas no jornal, em que citam a necessidade de construir uma entidade democrática. Fato que ocorre em diferentes entidades estudantis após o estabelecimento do regime autoritário, como é o caso da União dos Estudantes Patenses (UEP), que se propõe a democratizar seu estatuto, ainda durante a ditadura, como aponta Geenes Alves da Silva (2010). Da mesma maneira, a UCES passou por uma reforma estatutária mas em 1982, estabelecendo: eleições anuais com voto livre e direto; prestação de contas anual; e possibilidade de participação para estudantes de cursos supletivos, pré-vestibulares ou profissionalizantes. Sobre a reforma, conta o secretário-geral da entidade, Sérgio Luís Nazário, que com os novos estatutos não mais será permitido

que pessoas usem e abusem da entidade, ficando vários anos no poder [...] a UCES teve um presidente que permaneceu cinco anos no poder “usando e abusando” do dinheiro dos estudantes, e a entidade acabou falindo moral e financeiramente. Mas com os novos estatutos isso não voltará a acontecer. (Pioneiro, 4 de setembro de 1982, p. 16).

Tal processo também elevou novas figuras ao centro do cenário político brasileiro, essencialmente aquelas ligadas com a oposição à ditadura, como governadores de estados e líderes de movimentos sociais que acabaram exercendo influência no movimento secundarista. Ao organizar uma gincana entre as escolas da cidade (denominado “Gincão”), em 1982, a UCES propôs, entre as tarefas, a realização de debates com a caracterização de diversos políticos relevantes naquele momento. Os nomes escolhidos representavam lideranças regionais, como Jair Soares (PDS), Pedro Simon (PMDB), Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT), que concorreram ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul naquele

---

<sup>41</sup> Partido fundado anos antes, com o fim do bipartidarismo, como sucessor à Aliança Renovadora Nacional, que representava a ala governista durante a ditadura militar. O PDS foi dissolvido em 1993.

ano; congressistas nacionais como Nelson Marchezan (PDS-RS), Ivete Vargas (PTB-SP), Sandra Cavalcanti (PDS-RJ) e Miro Teixeira (PMDB-RJ); o ex-presidente Jânio Quadros, que havia retornado à política, concorrendo a Governador de São Paulo; e nomes históricos desta transição democrática, como Leonel Brizola<sup>42</sup>, Paulo Maluf<sup>43</sup> e Lula<sup>44</sup>.

Após um período longo de autoritarismo, a sociedade brasileira finalmente pôde organizar-se coletivamente a ponto de indicar mudanças na estrutura política. Esse momento concretizou-se na *Campanha Diretas, Já!*, que reivindicava eleições diretas para a Presidência da República, ensejada pela apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 05/1983<sup>45</sup>. O movimento uniu diversos setores da população, de operários e sindicalistas a intelectuais, artistas e jogadores de futebol. Nesse sentido, a participação do movimento estudantil também foi parte fundamental na ação. Sonale Diane Pastro Oliveira e Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha Marinho (2012), em análise bibliográfica sobre esse momento, caracterizam a campanha como um movimento autônomo, disciplinado, com um nível elevado de consciência política e com a participação de cidadãos “comuns”, tradicionalmente marginalizados do cenário político. Destacam ainda que

as manifestações pró-Diretas criaram novos ambientes para o exercício da política ao promoverem relações inesperadas com o espaço público, fazendo dos grandes centros urbanos do país seu palco mais ostensivo. As ruas tornaram-se espaços de demonstração do projeto político elaborado fora do sistema de representação tradicional e o entusiasmo da ação contagiava os cidadãos (p. 136).

Em Caxias formou-se um comitê pelas “Diretas” com a presença da UCES e outras diversas entidades. Este comitê encaminhou, inicialmente, a entrega de um documento para o então ditador João Figueiredo. Na primeira reunião, também se encaminhou a promoção de manifestações durante todo o ano de 1984.

---

<sup>42</sup> Já mencionado aqui, em virtude da Campanha da Legalidade, Brizola retornou do exílio para a cena política no final dos anos de 1970, fundando o Partido Democrático Trabalhista. Em 1982, tornou-se Governador do Rio de Janeiro, participando de importantes comícios da Diretas, Já!.

<sup>43</sup> Na época, Paulo Maluf era Governador de São Paulo e elegeu-se deputado federal, em sequência. Foi um dos principais nomes de apoio do governo militar, representando a ala situacionista nas eleições presidenciais de 1985.

<sup>44</sup> Lula era o principal representante do chamado “novo sindicalismo” despontado no ABC Paulista, ascendente no final da década de 1970. Concorreu ao Governo do Estado de São Paulo naquele ano e foi um dos mais influentes nomes durante a campanha das diretas.

<sup>45</sup> Também chamada de Emenda Dante de Oliveira, que relacionava-a ao nome do deputado do PMDB do Mato Grosso, que foi autor da proposta.

Ficou acertado também que o comitê deverá realizar uma série de comícios-relâmpagos nos bairros da cidade e ainda nas portas de fábricas e terminais de ônibus. Para tanto serão convidados, além das entidades participantes do comitê políticos, políticos de Caxias, inclusive do PDS. (Pioneiro, 25 de janeiro de 1984, p. 9)

Observa-se que, além das manifestações públicas, com o intuito de mobilizar a população em geral, a campanha também avaliava a importância de forçar o movimento para dentro do Congresso. O PDS compunha a parte governista nesse momento e sobre o convite aos políticos da situação, Leda Meneguzzo, presidente da UMCA, afirmava que “caso os pedessistas se recusarem a participar e não se posicionarem a favor das diretas, serão denunciados à comunidade” (Pioneiro, 25 de janeiro de 1984, p. 9).

O calendário de atividades contemplou desde comícios na praça central, até ala no desfile carnavalesco da cidade. Todos com a presença da UCES.

No entanto, a crise econômica em curso fez com que setores da classe dominante se afastassem do regime militar, ao ponto da oposição burguesa assumir a direção da campanha, canalizando a luta dos movimentos sociais e negociando o processo sucessório do governo (NERY, 2012). O objetivo da campanha não foi atingido por completo, uma vez que as eleições presidenciais ocorreram de forma indireta. Mesmo assim, marcou o fim do militarismo no poder executivo do país, depois de mais de 20 anos, motivo de comemoração para aquelas e aqueles que lutavam pelo fim da ditadura. Para a UCES esse foi, sem dúvida, um grande marco na sua história e em toda uma geração de jovens estudantes, que em torno desta entidade tornaram-se agentes da história.

cidade

## Caxienses festejam a vitória de Tancredo

Él muito tempo que o calçadão da Praça Rui Barbosa não recebe tanta gente. Na verdade, a cidade grande concentração foi para pedir eleições diretas, que aconteceram até virada. Mas ontem a alegria foi geral, e o fato de ser um estado para Presidente da República Tancredo Neves, que afinal de contas tem o respaldo popular, indo desde a esquerda mais radical até à extrema direita, constitui a tão esperado "fim da ditadura militar". Pela mesma trentenas pessoas compareceram ontem na calçada para acompanhar pelo rádio instalado no carrozão somente depois das 18 horas todo a desmontar dos acontecimentos de Brasília. A festa foi patrocinada pelo PMDB municipal, que entendeu não poder ficar o povo sem a possibilidade de extravasar toda a sua ansiedade dos últimos 20 anos.

O calçadão foi interditado com dezenas de balões verde-amarelos, simbolizando as cores nacionais. Mas a que horas certas mesmo foram as dezenas de balões colocadas. A maioria são velhas conhecidas, pois estão presentes em todas as manifestações realizadas na cidade: PC da B. PCB (que por certo esperam que a eleição de Tancredo traga a legalidade dos partidos clandestinos) com seus respectivos jermans: (Próxima da Lida Operária e Voz da Unidade). Também o PMDB saudava o novo Presidente, assim como o deputado José Du Sertori, a fim da cidade.



Posse de Tancredo "até" no centro da cidade em 16 de janeiro.

CHUVA

Parte das 100 famílias uma festa cheia, e o

público procurou se abrigar. Depois houve uma estada e novamente uma grande pancada de chuva. Mas quando foi anunciada a 341 votos, que conselheira a

ocorreu a que estava previsto o único momento era que os que acompanhavam a desmontar da eleição tiveram um pequeno susto ao quando a mesa do Senado declarou seus votos. Por alguns segundos o candidato Michel esteve à frente de Tancredo. Depois veio a declaração... Foi uma comemoração muito, que não apresentou um nenhum momento qualquer irregularidade, mas para garantir credibilidade por entre a polícia civil de 12 BPM. A festa durou até às 14 horas de ontem, depois de acabado o chape.

AUSENCIAS

A festa de vitória de Tancredo Neves, ao ser de uma duração que chegou depois das 11 horas, teve muitas ausências. O prefeito Victorio Tres participou a animadamente da comemoração, juntamente com o deputado estadual José Du Sertori, o deputado Germano Riquie, segundo algumas informações, veio até a Brasília acompanhar a votação e dos vereadores: João Paulo, Flavio Piloni, Milton Gonçalves (que responde pela direção do partido e foi o organizador da festa), José Carlos Tamarazi, Ary Berggata e Danilo Sardi. Por outro lado, não foi notada a presença de outros dirigentes locais (alguma, compreensível, pois não apoiaram Tancredo) nem partidos de oposição, que não o PMDB. A direção da UCES estava presente, sendo, além, a única representação estudantil. Evidente que a festa era para o povo comemorar a vitória de Tancredo, mas com uma

Fonte: Pioneiro, 16 de janeiro de 1985, p. 14.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A União Caxiense de Estudantes Secundaristas iniciou suas atividades com o intuito de unir o conjunto de estudantes caxienses em torno de uma entidade maior que os grêmios estudantis, existentes até então e que atuavam especificamente em suas respectivas escolas. Com a constituição de uma organização maior, tornou-se viável o diálogo mais abrangente entre a categoria no município. Observa-se a UCES nessa primeira etapa, mediante os periódicos, como tendo perfil responsável muito mais pela promoção de eventos esportivos, culturais e recreativos para a juventude (com destaque à realização dos bailes e das olimpíadas estudantis) do que dedicada à mobilização política, fato que se inverteu anos mais tarde. Considera-se, portanto, que a entidade caxiense passou por um processo de politização a partir da influência da conjuntura sobre os estudantes, que perceberam na união já consolidada uma ferramenta de luta e manifesto.

Durante a década de 1960, é nítido o acompanhamento das ações em meio ao contexto histórico. Como apontam as fontes, ao final da década anterior, a entidade passou a conquistar reconhecimento público, tendo o jornal Pioneiro como parceiro fundamental. Com a ascensão das mobilizações ligadas à Campanha da Legalidade a às Reformas de Base, os estudantes secundaristas de Caxias do Sul passaram a juntar-se no âmbito dos movimentos sociais, por meio da UCES.

É também na década de 1960 que a origem das fontes passa a ter mais impacto na construção da pesquisa, pois se trata de um momento em que a situação política no Brasil tornava-se cada vez mais polarizada e induzindo ao posicionamento público. Por isso, a repercussão das matérias relacionadas à UCES atinge o maior número de ocorrências na primeira metade da década, na medida em que é notado interesse do Pioneiro em replicar as manifestações de apoio à garantia do mandato de Jango e das Reformas de Base. Por outro lado, a segunda metade dos anos 60 marca a escalada da ditadura e juntamente a imposição da censura sobre a mídia, fato que influenciou diretamente a organização do periódico, que distanciou-se de qualquer divulgação do que a ditadura considerava “subversão” e consequentemente implica na falta de fontes para a análise conclusiva desse período.

A retomada do movimento com o declínio da ditadura apontou para uma nova geração de jovens imbuídos de valores democráticos, fator que determinou mudanças significativas na

postura da entidade, tornando-a mais ativa na luta por direitos, posicionada acerca dos fatos políticos alinhando-se paralelamente com outras organizações e tomando uma forma mais institucionalizada, desde as mudanças estruturais como a alteração estatutária até o caráter da sua militância, que passa a se aproximar da organização partidária nascente.

Além disso, os resultados finais da pesquisa demonstram que houve diferentes ações coletivas promovidas pelos estudantes secundaristas por meio da UCES em busca de seus direitos, bem como uma pluralidade de bandeiras que vão além das pautas educacionais e corroboram com a compreensão de Gohn, que interpreta o movimento estudantil como parte integrante dos movimentos sociais.

Conclui-se, por fim, que é possível entender o decurso histórico local e nacional por meio das memórias produzidas pela UCES, assim como jovens estudantes concebem nesta entidade um instrumento de voz ativa e de construção da sua própria história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo goulart**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história. entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2006. Cap. 5. p. 107-128.

AMARAL, R. A. A.. **O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias**. Alceu(PUCRJ), Rio de Janeiro, v. 62, n.11, p. 195-205, 2005.

BRINGEL, Breno. **Ciclo de protestos e lutas estudantis no Brasil**. Perspectiva Histórica, Salvador, v. 2, n. 2, p. 29-44, jun/jul. 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 13. ed. 7 reimpressão. São Paulo: Ática, 2003.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O Golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRON, L. S.; POZENATO, K. M. **100 Anos de Imprensa Regional: 1897**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

MOREIRA, Cassio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

NERY, Vanderlei Elias. **A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa**. 2012. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 - 1985)**. Cascavel: Unioeste, 2011.

SILVA, Geenes Alves da. **A União dos Estudantes Patenses (UEP): ações e reações em patos de minas entre os anos de 1958 e 1971**. Histedbr On-Line, Campinas, v. 1, n. 37, p. 83-108, mar. 2010.

SONALE, D. P. N.; MARINHO, M. G. S. M. C. **Diretas Já, um movimento social híbrido**. *Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 129-143, set. 2012.

TRINDADE, Hélió. **A Legalidade e o movimento estudantil brasileiro. Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, 33 jul. 2011.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. 1997. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Unicamp, Campinas, 1997.